



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SUILANY SILVA DE FRANÇA

**IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE (PRÓ-ALFA RN): ANÁLISE DAS
DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS**

NATAL-RN

2025

SUILANY SILVA DE FRANÇA

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE (PRÓ-ALFA RN): ANÁLISE DAS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

Orientadora: Profa Dra. Sandra Cristina Gomes

NATAL - RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Franca, Suilany Silva de.

Implementação da política territorial de alfabetização de crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN): análise das diretrizes e estratégias adotadas / Suilany Silva de Franca. - Natal, 2025.

66 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Instituto de Políticas Públicas, Curso de Gestão de Políticas Públicas. Natal, RN, 2025.

Orientação: Profa Dra. Sandra Cristina Gomes.

1. CNCA. 2. Cooperação intergovernamental. 3. Política educacional. 4. Pró-Alfa/RN. 5. Rio Grande do Norte. I. Gomes, Sandra Cristina. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 37.014.5

SUILANY SILVA DE FRANÇA

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE (PRÓ-ALFA RN): ANÁLISE DAS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

Orientadora: Prof.a Dr.a Sandra Cristina Gomes

Aprovada em: 10 / 12 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra. Sandra Cristina Gomes

Orientadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Dr. Anderson Cristopher dos Santos

Membro interno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof.a Dr.a Nazineide Brito

Membro Externo

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER DO RIO GRANDE DO NORTE

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, por ter me dado forças quando não aguentava mais continuar nessa jornada. Agradeço a minha família, que me apoiou, incentivou e me acolheu, durante todos os momentos difíceis. Foram a força que me impulsionou a superar os momentos desafiadores. Aos meus queridos amigos da faculdade, que foram meu apoio em toda a trajetória acadêmica, ensinando-me sobre a força do cuidado e de afeto, presentes nos encontros e nas conversas do dia a dia, e que estiveram ao meu lado em cada semestre da minha árdua graduação.

Aos gestores da SUEF, que me apresentaram ao mundo pedagógico e despertaram em mim o desejo de estudar e me aprofundar na temática da alfabetização. Representam a garra de educadores, gestores e coordenadores que fazem o possível para implementar políticas públicas com engajamento e compromisso com a mudança. A todos os professores que estiveram presentes ao longo dos anos, obrigada por compartilhar suas experiências e conhecimentos, e por mostrar qual é o papel do professor na formação do aluno, vocês têm a minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço à minha orientadora, a Professora Dr^a Sandra Cristina Gomes, que teve uma paciência imensa comigo e por acreditar que eu conseguiria concluir este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN), concebida como desdobramento estadual da política do governo Federal, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). O estudo examina como o Estado do RN organizou, coordenou e executou a política voltada à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento da alfabetização nos anos iniciais. A política envolve modelo de gestão e governança, formação continuada, oferta de infraestrutura (disponibilização de recursos físicos) e materiais pedagógicos, incentivo a práticas exitosas e aplicação de avaliações diagnósticas e somativas. Tal dinâmica requer um arranjo cooperativo entre o Estado do RN e os municípios potiguares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em análise documental e entrevistas semiestruturadas com profissionais da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC). A análise empírica do desenho institucional da política permitiu a identificação de seu funcionamento esperado, suas estratégias de cooperação intergovernamental e conformidade com as diretrizes nacionais (Brasil, 2024). Os resultados apontam que, apesar do caráter inovador do Pró-Alfa/RN, especialmente no que se refere a ser a primeira experiência de colaboração Estado-municípios em termos de aprendizagem, sua efetivação plena ainda exige ajustes. São citados ajustes com relação à logística e à permanência dos profissionais nos ciclos formativos e seminários, diversificação dessas práticas e avanço da valorização da formação docente. O monitoramento contínuo dos resultados também é apontado como crucial para se alcançar os objetivos dessa política pública.

Palavras-chave: CNCA; Cooperação intergovernamental; Política educacional; Pró-Alfa/RN; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implementation of the Territorial Policy for Children's Literacy in Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN), conceived as a state-level extension of the Federal government's policy, the National Commitment to a Literate Child (CNCA). The study examines how the State of Rio Grande do Norte organized, coordinated, and executed the policy focused on restoring learning and strengthening literacy in the early years of schooling. The policy involves a management and governance model, continuing education, provision of infrastructure (physical resources) and teaching materials, encouragement of successful practices, and the application of diagnostic and summative assessments. This dynamic requires a cooperative arrangement between the State of Rio Grande do Norte and the municipalities of the state. This is a qualitative and descriptive research, based on document analysis and semi-structured interviews with professionals from the State Secretariat of Education, Sport and Leisure (SEEC). Empirical analysis of the institutional design of the policy allowed for the identification of its expected functioning, its intergovernmental cooperation strategies, and its compliance with national guidelines (Brazil, 2024). The results indicate that, despite the innovative nature of Pró-Alfa/RN, especially as it is the first experience of state-municipal collaboration in terms of learning, its full implementation still requires adjustments. Adjustments are cited regarding logistics and the retention of professionals in training cycles and seminars, diversification of these practices, and advancement in the valuation of teacher training. Continuous monitoring of results is also highlighted as crucial to achieving the objectives of this public policy.

Keywords: CNCA; Intergovernmental cooperation; Educational policy; Pró-Alfa/RN; Rio Grande do Norte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA — Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC — Base Nacional Comum Curricular

CNCA — Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

CAED — Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CEMURE — Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves

CODESE — Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar

CORE — Coordenadoria de Órgãos Regionais de Educação

FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ICA — Indicador Criança Alfabetizada

IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC — Ministério da Educação

PRÓ-ALFA RN — Política Territorial de Alfabetização de Crianças do (RN)

PRÓ-ALFA RN — Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

SAEB — Sistema de Avaliação da Educação Básica

SIMAI — Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional

SIMAI ALFA — Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Alfabetização

SUEF — Subcoordenadoria de Ensino Fundamental

UNDIME — União dos Dirigentes Municipais de Educação

UFERSA — Universidade Federal Rural do Semi-Árido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma de Governança da Pró-Alfa.....	30
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados do Saeb nos estados do Nordeste (2019, 2021 e 2023), com base no percentual de alunos alfabetizados do Ensino Fundamental	21
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do IDEB no RN entre 2019 e 2023	19
Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos Aplicados.....	38
Quadro 3 – Síntese das respostas das entrevistadas sobre as diretrizes estratégias de implementação da PRÓ-ALFA RN	50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.1 Alfabetização de Crianças no Brasil e no Rio Grande do Norte	16
2.2 Implementação de Políticas Públicas	23
3. A POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE (Pró-Alfa/RN)	24
3.1 Primeiro eixo: Governança e Gestão	29
3.2 Segundo eixo: Formação de Profissionais de Educação	31
3.3 Terceiro eixo: Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos	32
3.4 Quarto eixo: Sistemas de avaliação	33
3.5 Quinto eixo: Reconhecimento de Boas Práticas	34
4. RESULTADOS DA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRÓ-ALFA	35
4.1 Alinhamento Federativo e Territorialização da Política de Alfabetização	39
4.2 Estrutura de Governança e Pactuação Federativa na Implementação da Política de Alfabetização	42
4.3 Fatores que caracterizam o Desenho Institucional da Política de Alfabetização	42
4.4 Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: estratégias e desafios	43
4.5 Avanços e desafios na implementação da PRÓ-ALFA RN: monitoramento, avaliação e consolidação da política de alfabetização	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	63
APÊNDICE B — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	64
APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova forma de governança, consolidando o Estado Democrático de Direito e estabelecendo a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental. No Brasil, a década de 1990 foi marcada por um intenso processo de reformas na estrutura e na organização do ensino, impulsionado pela adoção de novas políticas públicas educacionais. Neste contexto, é dever do Estado a relação da ampliação da educação, com o objetivo de garantir o acesso universal à educação básica e promover sua qualidade e efetividade, tornando-se uma responsabilidade compartilhada entre os três entes federativos (União, Estados e Municípios). A partir desse marco, o Brasil passou a alinhar-se a diretrizes de organismos internacionais, e como o Banco Mundial, que propunham a educação como instrumento central para a redução da pobreza e das desigualdades sociais nos países em desenvolvimento. Nesse cenário, foram formuladas políticas de financiamento e programas educacionais com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria dos indicadores de aprendizagem.

A alfabetização constitui uma das etapas fundamentais do processo educacional, por ser condição necessária para a continuidade dos estudos e para o exercício pleno da cidadania. No entanto, o Brasil tem historicamente, os índices de alfabetização tem revelados, ressaltado a desigualdades significativas entre regiões, redes de ensino e grupos sociais, o que impulsionou a formulação de diversas políticas públicas voltadas à garantia da aprendizagem na idade certa.

Neste contexto, o governo federal instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), visando assegurar a alfabetização de todas as crianças brasileiras ao término do segundo ano do ensino fundamental, fomentando a igualdade e a excelência no processo de ensino-aprendizagem (MEC, 2023). Estabelecendo um compromisso de implementação da política por todo território brasileiro. Neste processo demandou uma articulação entre a União, os Estados e os Municípios, de modo a alinhar diretrizes, estratégias e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte instituiu através do âmbito do Compromisso à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa/RN (2023), cumprindo um dos objetivos da política federal, ao contemplar no artigo 5ª de seu normativo. A iniciativa do RN visou preencher o requisito da política federal, foi conduzida pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), por meio da Subcoordenadoria de Ensino Fundamental (SUEF), responsável pelo apoio técnico e pedagógico aos municípios e escolas. O foco na alfabetização de estudantes das redes públicas do RN é especialmente relevante, haja vista o histórico de baixos níveis de aprendizagem tanto em escolas estaduais quanto nas municipais (Gomes e Sumiya, 2021).

Esta pesquisa buscou ser orientada pela seguinte pergunta norteadora: Quais foram as principais diretrizes e estratégias do desenho institucional, que caracterizam a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN)? A partir deste questionamento, foi necessário compreender como essa política tem sido estruturada e operacionalizada no âmbito estadual, quais mecanismos de gestão e apoio têm sido adotados, e de que forma suas ações contribuem para o fortalecimento da alfabetização das crianças potiguares nos anos iniciais do ensino fundamental. Para tal, o objetivo geral foi analisar a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN) a partir das informações obtidas junto à equipe técnica da Subcoordenadoria de Ensino Fundamental (SUEF) e da SEEC.

Como objetivos específicos, este estudo buscou a) Compreender o desenho institucional da política de alfabetização territorial para identificar o funcionamento esperado da política - b) Identificar a estrutura de governança, inclusive os principais atores e instâncias envolvidos na implementação da política no Estado do RN e seus respectivos papéis - c) Analisar os principais desafios enfrentados por gestores da secretaria estadual de educação do Rio Grande do Norte na implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte.

Para atingir o objetivo proposto, a metodologia aplicada na pesquisa foi a qualitativa e descritiva, visa garantir um entendimento detalhado e abrangente do

processo de implementação, possibilitando a identificação de estratégias adotadas, práticas de ensino implementadas, obstáculos superados e resultados obtidos, com o intuito de entender a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte. Além disso, a sistematização e a descrição das informações possibilitaram uma apresentação clara e objetiva dos resultados da pesquisa, relacionando-os às diretrizes e orientações estabelecidas pelo Pró-Alfa/RN.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental de relatórios institucionais e normativas oficiais, bem como por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos/assessores pedagógicos da SUEF diretamente envolvidos na execução da política. Os sujeitos participantes da implementação da política proporcionaram a obtenção de informações qualitativas não presentes nos registros documentais nem nos dados estatísticos. Esta abordagem possibilitou uma compreensão mais abrangente e aprofundada acerca da execução da política no âmbito estadual. Em relação ao tratamento das informações obtidas, os dados foram analisados com base nos princípios da análise de conteúdo, buscando interpretá-los à luz do referencial teórico da gestão educacional e das políticas públicas voltadas para a alfabetização.

Com base na proposta de Bardin (2011), a análise de conteúdo permitiu organizar, categorizar e interpretar sistematicamente os dados coletados, contribuindo para a compreensão das dinâmicas, percepções e práticas relacionadas à implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte.

Este trabalho é composto por três capítulos, além desta introdução, que apresentam o processo completo da pesquisa. No segundo capítulo, é realizada uma revisão da literatura, explorando a alfabetização e a implementação de políticas públicas, além das teorias de implementação de políticas públicas, e suas relações com o cenário de alfabetização do Estado do RN. No terceiro capítulo apresenta a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN). O quarto capítulo aborda a parte empírica da pesquisa, apresentando dados sobre a implementação e processo de governança da Política Territorial de

Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN). Por fim, o quinto capítulo reúne as conclusões e discute os desafios futuros relacionados à temática.

2. REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Essa estruturação visa fornecer uma base teórica possibilitando a compreensão dos principais aspectos que sustentam esta pesquisa. Para isso, ele se divide em dois temas principais: a alfabetização de crianças no Brasil e no Rio Grande do Norte, bem como a implementação de políticas públicas, que serão exploradas nas próximas seções.

Ao longo do capítulo, será possível explorar o cenário da alfabetização no Brasil e no RN, destacando as principais contribuições teóricas, conceitos relevantes, além de apresentar os desafios e discussões relacionadas ao processo de alfabetização no contexto brasileiro e consecutivamente o potiguar. Apresentando em números a situação dos resultados da alfabetização no Estado. Dessa forma, é possível compreender em qual contexto a política é inserida.

No âmbito da discussão sobre a implementação de políticas inclusivas, o capítulo também enfoca nas contribuições sobre a implementação de políticas públicas, destacando fatores que influenciam esse processo e suas implicações para o sucesso das ações realizadas pelo governo, apontando a relevância dessa etapa crucial no ciclo de políticas públicas. Assim, o capítulo oferece ao leitor uma visão geral dos estudos que apoiam a análise da implementação da PRÓ-ALFA RN.

2.1 Alfabetização de Crianças no Brasil e no Rio Grande do Norte

Diversos autores discutem o que é alfabetização, ressaltando que ela tem várias dimensões e impactos no processo de aprendizagem, sendo considerada um momento crítico na escolarização de crianças. Para Soares (2004), alfabetizar não é só aprender a ler e escrever, mas também envolve o letramento, ou seja, as práticas sociais de leitura e escrita que fazemos no dia a dia. Já Kleiman (2005) destaca que ensinar alguém a ler e escrever é colocá-lo em situações reais de uso da linguagem escrita, auxiliando no desenvolvimento de habilidades cognitivas e culturais. Dessa forma, alfabetizar vai além de simplesmente decifrar palavras; trata-se de adquirir competências que permitem à pessoa participar ativamente da cultura letrada.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização é compreendida como o processo por meio do qual a criança adquire a capacidade de

ler e escrever de maneira funcional, ou seja, de modo que consiga compreender e utilizar a linguagem escrita em contextos sociais diversos. Esse processo envolve o domínio do princípio alfabético, no qual a escrita é reconhecida como representação gráfica dos sons da fala. Ademais, estabelece que essas competências devem ser consolidadas até o segundo ano do Ensino Fundamental, assegurando o direito de todas as crianças à alfabetização plena nos primeiros anos da escolarização obrigatória.

Assim, ao nível da aprendizagem da língua escrita, utilizado tradicionalmente no processo de alfabetização, ter-se-ia que acrescentar ou só do letramento entendido como um conjunto de práticas sociais para que sua aplicação fosse efetiva informam-se leitores aptos para as exigências da sociedade letrada. Soares (2009) afirmar que:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (Soares, 2009, p.47).

De acordo com Soares (2017), que faz um estudo detalhado sobre o processo de alfabetização, ela é algo mais complexo do que parece à primeira vista. Ela envolve três aspectos: o linguístico, o interativo e o sociocultural. A autora destaca que o letramento serve como base para as partes interativa e sociocultural, enquanto a alfabetização é mais relacionada à parte linguística da língua. Assim, a alfabetização vai além de apenas aprender a ler e escrever de forma técnica; ela está inserida em um contexto mais amplo de práticas sociais e culturais, onde a pessoa usa a linguagem para interagir e dar sentido às coisas. Por isso, entender a alfabetização significa considerar essas várias dimensões, que envolvem tanto o desenvolvimento das habilidades linguísticas quanto a participação ativa do indivíduo na sociedade letrada.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem se deparado com obstáculos constantes para assegurar o direito à alfabetização na faixa etária adequada (BRASIL, 2018). O cenário da alfabetização no Brasil revela-se desafiador, refletindo desigualdades históricas e estruturais que comprometem o direito à aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora haja avanços no que diz respeito ao acesso à escolarização, os dados educacionais indicam que uma parcela

significativa dos estudantes brasileiros concluiu o ciclo de alfabetização sem atingir os níveis mínimos de proficiência esperados. Adicionalmente, evidências empíricas provenientes de avaliações nacionais, como a extinta Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), demonstram a persistência de baixos índices de desempenho, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade social (BRASIL, 2016; BRASIL, 2023).

A alfabetização é considerada tanto um direito fundamental quanto uma etapa essencial para a formação cidadã e o desenvolvimento integral do indivíduo (Freire, 1987). Como resposta a essa situação, diversas políticas públicas foram postas em prática, tanto no âmbito federal quanto no estadual. No plano federal, destacam-se ações como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e, mais recentemente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), estabelecido pelo Ministério da Educação em 2023.

A realidade da alfabetização no Rio Grande do Norte evidencia a persistência de desafios significativos no campo educacional, especialmente quando analisados os indicadores de desempenho do Estado em avaliações nacionais como o Saeb e o Ideb. Em 2023, o Estado figurou entre as últimas colocações no ranking nacional, revelando um cenário de defasagem que compromete o progresso dos estudantes nas etapas subsequentes da educação básica. Tal cenário tende a aprofundar desigualdades históricas, sobretudo entre alunos oriundos de contextos socioeconômicos mais vulneráveis, que enfrentam maiores barreiras no acesso à aprendizagem de qualidade.

Segundo os resultados da ANA (2016), o Rio Grande do Norte apresentava um diagnóstico preocupante sobre a alfabetização no Estado, considerando as competências de leitura e escrita. Os resultados indicavam que aproximadamente 70% dos alunos apresentaram níveis insuficientes de leitura, enquanto 41% tiveram desempenho insatisfatório na escrita. Apesar de alguns alunos atingirem os níveis satisfatórios, a maioria ainda apresentava problemas consideráveis na compreensão de textos e na produção escrita. Esse cenário destacava a necessidade urgente de fortalecer e melhorar as políticas educacionais focadas na alfabetização e no letramento, a fim de superar os problemas encontrados.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) constitui um dos principais instrumentos oficiais para avaliação da qualidade da educação pública brasileira, especialmente no ensino fundamental. No caso específico do Rio Grande do Norte, os dados do Ideb revelam oscilações importantes nos anos iniciais da rede pública entre 2019 e 2023, como mostra o Quadro 1. Em 2019, o Estado registrou Ideb de 4,7; caiu para 4,5 em 2021; e se recuperou parcialmente para 4,8 em 2023. É importante frisar que esse desempenho agregado reflete majoritariamente os resultados das redes municipais, segundo o INEP (2023).

Nesse contexto, “os dados evidenciam que os resultados do RN estão abaixo da média nacional, e que o tema da alfabetização ainda é um grande desafio a ser enfrentado no Estado” (Gomes; Sumiya , 2021, p. 34), reforçando a urgência da implementação de políticas públicas eficazes, sustentáveis e sensíveis às especificidades territoriais, capazes de garantir o direito à alfabetização desde os primeiros anos do ensino fundamental.

Embora exista uma contribuição significativa da rede estadual, o peso das redes municipais faz com que qualquer avanço ou retrocesso no Ideb seja diretamente influenciado pelas políticas e práticas adotadas nas escolas sob responsabilidade dos municípios. Isso reforça a necessidade de direcionar esforços à formação de professores, à disponibilização de recursos pedagógicos e ao monitoramento contínuo, prioritariamente nos municípios potiguares, onde se concentra o maior contingente de crianças em fase crucial de alfabetização. Conforme o Quadro a seguir.

Quadro 1 – Evolução do IDEB no RN entre 2019 e 2023

Ano	2019		2021		2023	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Pública	4,7	4,4	4,5	4,7	4,8	–
Estadual	4,9	4,5	4,7	4,8	5	–
Privada	6,5	6,7	6,7	7	6,8	–
TOTAL	5,2	4,7	5	5	5,3	–

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IDEB, 2023.

O desempenho da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte nos anos iniciais do ensino fundamental, medido pelo Ideb, apresentou uma trajetória de oscilações entre os anos de 2019 e 2023. Em 2019, a rede estadual obteve um Ideb de 4,9, resultado superior à média do ensino público no Estado (que inclui as redes estadual e municipal) no mesmo período. No entanto, em 2021, observou-se uma queda para 4,7, valor que ficou abaixo da meta projetada, que era de 4,8. Já em 2023, houve uma recuperação significativa, com o índice alcançando 5,0 pontos, superando inclusive a meta de 4,4 estipulada para o primeiro ciclo do Ideb (2007–2021)

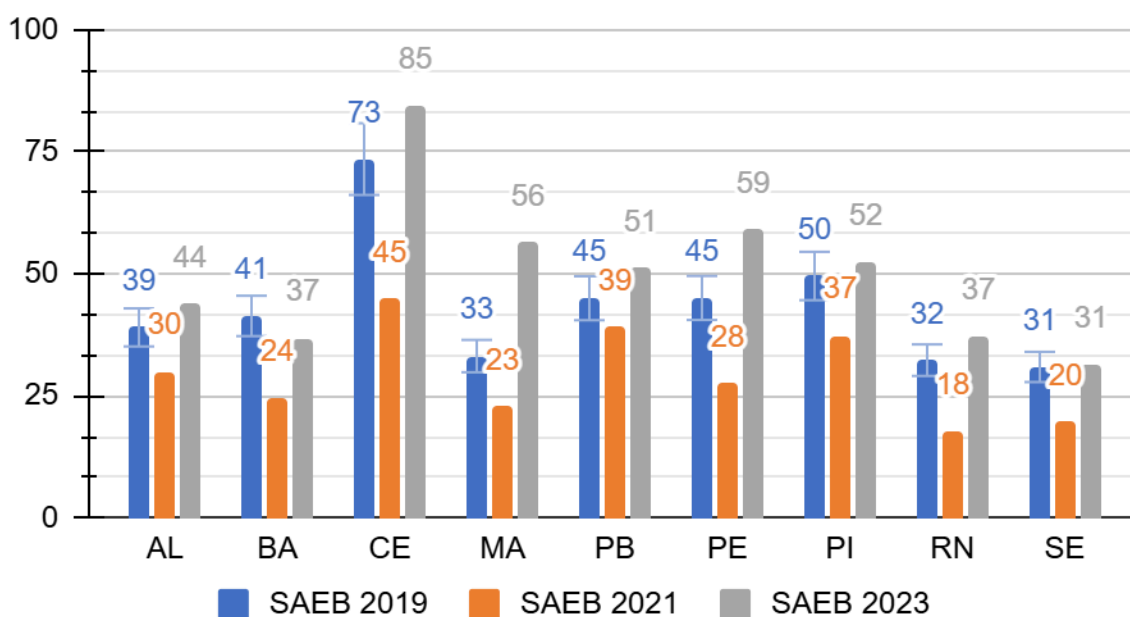
Diante desse cenário de fragilidades no desempenho educacional do Rio Grande do Norte, torna-se imprescindível analisar os instrumentos disponíveis para diagnosticar e enfrentar tais desafios. Em 2021, aproximadamente 2,8 milhões de crianças concluíram o 2º ano do ensino fundamental no Brasil. Entretanto, 56,4% desses estudantes foram considerados não alfabetizados, conforme os resultados do Saeb aplicados no mesmo ano. Isso indica que mais da metade dos alunos ainda não havia desenvolvido competências básicas de leitura e escrita, fundamentais para a autonomia no processo de aprendizagem. (SAEB,2021)

Segundo os resultados do Saeb (2023), o Rio Grande do Norte registrou, na rede pública de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, uma das piores taxas de alfabetização do Brasil. Com média de 5,16 pontos, o estado ficou empatado com Sergipe na última colocação nacional, revelando um cenário preocupante quanto à garantia do direito à aprendizagem na etapa inicial da escolarização. A meta nacional estabelecida para os alunos do 2º ano do ensino fundamental era de 6,0 pontos, indicador considerado necessário para que os estudantes fossem reconhecidos como alfabetizados, conforme os critérios definidos pelo Ministério da Educação. No Nordeste, apenas o Estado do Ceará alcançou e superou essa meta, atingindo 6,49 pontos, o que reforça a efetividade de suas políticas públicas de alfabetização.

Em comparativo com outros Estados do Nordeste em relação a dados SAEB sobre o percentual de alunos alfabetizados na rede pública, o desempenho Potiguar revela-se preocupante. Embora tenha havido uma recuperação em 2023, alcançando 37%, o Estado permanece abaixo da meta nacional prevista para o

mesmo período (56%) e ocupa uma das últimas posições da região, superando apenas Sergipe (31%). Por outro lado, Estados como Maranhão (56%), Pernambuco (59%) e, sobretudo, o Ceará (85%) demonstraram avanços significativos no mesmo intervalo. Dessa forma, os dados do SAEB indicam uma realidade de desigualdade educacional entre os Estados nordestinos. Conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Dados do Saeb nos estados do Nordeste (2019, 2021 e 2023), com base no percentual de alunos alfabetizados do Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INEP/SAEB, (2023)

Esses dados de (2019 a 2023) do Saeb refletem os desafios e esforços das redes de ensino estadual e municipais na implementação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Entretanto, os dados anteriores indicam a necessidade de ações contínuas e estruturadas para garantir a consolidação dos avanços e a superação das desigualdades educacionais no Estado.

A compreensão aprofundada dos resultados de avaliações educacionais em larga escala, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o SAEB e o IDEB, é crucial para diagnosticar o nível de alfabetização no Rio Grande do Norte. Essas avaliações fornecem dados sobre o desempenho dos estudantes em leitura, escrita e matemática, além de informações contextuais que influenciam o processo de ensino-aprendizagem. Esses instrumentos podem ser correlacionados com as

análises de Gomes e Sumiya (2021), que destacam o desempenho do Rio Grande do Norte na ANA de 2016, evidenciando fragilidades no processo de alfabetização. Tais apontamentos se alinham aos dados do SAEB e do IDEB de 2023, os quais revelam que o Estado permanece com resultados abaixo da média nacional no que se refere ao nível de alfabetização dos estudantes.

Felicetti (2023) observa que a pandemia revelou as mazelas das desigualdades sociais de norte a sul do país. Apesar das tentativas de assegurar a continuidade dos estudos, milhares de crianças ficaram marginalizadas, sem acesso a informações, e muitos professores enfrentam dificuldades no uso dos recursos tecnológicos. Além de levantar questões como a abrupta mudança no cotidiano gerou problemas de saúde emocional no quadro docente e discente.

O distanciamento social e a dificuldade de adaptação ao ensino remoto afetaram especialmente as famílias com menos recursos tecnológicos e as escolas que enfrentavam dificuldades de infraestrutura. “As famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentaram ainda mais obstáculos, em especial a falta de recursos tecnológicos e a ausência de acompanhamento pedagógico, o que contribuiu para o agravamento das desigualdades educacionais.” (GOMES, 2023, p. 311). Esse cenário levou a uma desaceleração no aprendizado de habilidades essenciais, como leitura e escrita, fundamentais para o sucesso acadêmico das crianças nos anos subsequentes.

De acordo com Gomes e Melo (2021, p. 14), “a gestão da política educacional, seja ao nível federal, estadual, distrital ou municipal, deve adotar um novo princípio orientador para a alocação de recursos e programas educacionais: um olhar especial para a alocação de recursos pedagógicos e humanos, orientado pelo princípio da equalização.” Essa perspectiva está em consonância com a perspectiva e reconhecimento das profundas desigualdades, identificadas nos diferentes territórios do país e propõe uma política pública sensível às especificidades locais.

Nesse sentido, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) é implementado, para viabilizar a melhoria da cooperação federativa, o compromisso estabelece uma articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios,

refletindo em atuação integrada, com responsabilidades compartilhadas e estratégias coordenadas. Ademais, visa assegurar a efetividade das ações voltadas à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, promovendo equidade, qualidade e garantia do direito à aprendizagem.

Nesse contexto, o compromisso incentiva a estruturação de Políticas Territoriais de Alfabetização em cada Estado, contribuindo de maneira significativa oferecendo apoio técnico e pedagógico adicional, sobretudo àquelas regiões que enfrentam maiores vulnerabilidades e desafios estruturais. Dentro desse contexto, os articuladores regionais desempenham um papel fundamental nesse processo, atuando diretamente junto às escolas públicas e constituindo-se como elo essencial para a efetivação das ações de alfabetização nos territórios.

Portanto, este estudo não apenas investigará a implementação conforme as diretrizes e estratégias estabelecidas, como também buscará compreender e identificar os principais atores envolvidos na execução da política educacional do Rio Grande do Norte e seus respectivos papéis na construção e implementação da política alfabetizadora no território potiguar.

2.2 Implementação de Políticas Públicas

A implementação de uma política é uma fase crucial do ciclo das políticas públicas, pois é nesse momento que as decisões formuladas são efetivamente colocadas em prática. De acordo com Lotta (2019), o ciclo de políticas públicas compreende as fases de formulação, definição da agenda, implementação e avaliação. Essas etapas, segundo a autora, não são lineares, mas dinâmicas e interdependentes, exigindo avaliação constante para os gestores poderem identificar pontos de melhoria e redirecionar ações conforme os resultados observados.

Lotta (2019) destaca a importância dos agentes implementadores, conhecidos como *street-level bureaucrats*, que estão diretamente envolvidos na execução das políticas no Brasil. Frequentemente, esses profissionais ajustam as diretrizes estabelecidas para que se adequem às realidades locais, interpretando, adaptando e aplicando-as. Desse modo, a implementação não é apenas um processo técnico, mas também político e social, afetado pelas circunstâncias institucionais e territoriais de cada localidade.

Neste cenário, torna-se pertinente examinar a implementação de políticas educacionais ao nível estadual, para compreender não somente os mecanismos operacionais envolvidos, mas também os efeitos dessas políticas sobre a garantia do direito à educação. A análise crítica da implementação permite que professores, gestores, estudantes e demais cidadãos atuem de maneira mais consciente na defesa de uma educação pública de qualidade, especialmente em territórios historicamente atravessados por desigualdades sociais, econômicas e regionais.

Além disso, compreender aspectos como a articulação entre os entes federativos, a alocação de recursos, a formação contínua dos professores e os processos de monitoramento e avaliação de resultados é fundamental para analisar os avanços, os desafios persistentes e as perspectivas futuras no campo da alfabetização. No caso do Estado do Rio Grande do Norte, essa análise contribui para o aprimoramento das estratégias locais, fortalecendo as condições necessárias para assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem significativa na primeira etapa do ensino fundamental.

Constantino e Rodrigues (2020, p. 671) reforçam que “a implementação de políticas públicas é uma fase essencial do ciclo de políticas, pois é nela que as ações planejadas se concretizam ou não, sendo possível observar as disputas, contradições e mediações que as políticas sofrem ao serem traduzidas em práticas”. Essa perspectiva destaca a complexidade da implementação, sobretudo em contextos educacionais marcados por múltiplos atores, interesses diversos e realidades regionais desiguais.

3. A POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE (Pró-Alfa/RN)

O estado do Rio Grande do Norte apresentava a necessidade de enfrentar os baixos índices de alfabetização identificados nas avaliações nacionais, que evidenciaram fragilidades no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mas a mudança de cenário começa a mudar por meio da institucionalização de uma política territorial, ocorrendo de forma progressiva.

Nesse sentido, a Pró-Alfa/RN constitui a expressão local do Compromisso Nacional, sendo formalmente respaldada nos âmbitos federal e estadual. No plano nacional, a iniciativa está prevista no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023 (depois alterada pela Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025) que instituiu o CNCA. No contexto potiguar, sua implementação é regulamentada pelo Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que estabelece oficialmente a Pró-Alfa/RN como política pública de alfabetização no território estadual. Essa articulação normativa evidencia o esforço conjunto entre as esferas federativa e estadual para garantir que todas as crianças matriculadas nas escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental desenvolvam, plenamente, as habilidades de leitura e escrita, competências fundamentais para o sucesso nas etapas seguintes da trajetória escolar.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) constitui a base legal e orientadora para a formulação e implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN). O Estado do Rio Grande do Norte aderiu de forma abrangente às diretrizes estabelecidas pelo CNCA, alinhando-se às metas nacionais de alfabetização e fortalecendo as ações voltadas à garantia da aprendizagem na idade certa. Essa adesão possibilitou a construção de um modelo territorial de gestão e cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN) e os municípios, promovendo a integração de esforços técnicos e pedagógicos, o fortalecimento da formação docente e a consolidação de práticas voltadas à equidade e à qualidade do ensino nos anos iniciais da educação de crianças (2023).

Além disso, o apoio da Secretaria de Educação do Estado (SEEC) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) fortalece o processo de articulação entre os níveis estadual e municipal. Essa estrutura federativa visa assegurar que a condução da política, auxiliando e respeitando as competências de cada ente e promovendo a efetividade das ações de alfabetização em todo o território nacional. A política territorial aborda, em suas diretrizes, o propósito de enfrentar as desigualdades regionais, socioeconômicas e étnico-raciais historicamente presentes no processo de alfabetização, reafirmando o compromisso com a equidade como princípio orientador das políticas públicas educacionais.

A implementação desta política tem se caracterizado por um conjunto articulado de diretrizes e estratégias, voltadas a assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme preconizado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2023). Além disso, a política adota as finalidades estabelecidas pelo CNCA, destacando-se:

1. Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, em conformidade com a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE);
2. Promover a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de todas as crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos, considerando os impactos da pandemia sobre esse público.

Dessa forma, trata-se de um marco estratégico na educação estadual, sendo a primeira iniciativa territorial estruturada no Estado voltada especificamente à alfabetização de crianças. Sua criação reflete o reconhecimento da necessidade de políticas públicas coordenadas e integradas, capazes de articular União, Estado e municípios, garantindo apoio técnico, financeiro e pedagógico de forma contínua e sistemática.

Ao comparar os princípios norteadores da política nacional e territorial, é possível observar tanto elementos de continuidade quanto adaptações que refletem a contextualização da política às especificidades estaduais. Ambos os documentos partem da premissa da colaboração entre os entes federativos e da garantia do direito à alfabetização como fundamento essencial das trajetórias escolares bem-sucedidas.

No entanto, a Pró-Alfa RN amplia essa concepção ao incluir explicitamente o protagonismo do Estado e dos Municípios na condução das ações e ao destacar o papel da interlocução permanente baseada na confiança e transparência institucional, o que reforça o caráter territorial e descentralizado da política.

Além disso, a incorporação de princípios que não aparecem de forma explícita no CNCA, como a educação integral, a mobilização social, a formação continuada como eixo estruturante da profissionalização docente e a perspectiva

discursiva de alfabetização articulada ao letramento, à ludicidade e às múltiplas dimensões da aprendizagem, indicam um avanço conceitual em relação ao compromisso, pois tais aspectos embora valorize a diversidade, a autonomia docente e a valorização dos profissionais da educação, mantém um enfoque mais institucional e normativo. Por sua vez, a Pró-Alfa RN busca traduzir esses princípios em uma abordagem mais prática e formativa, voltada às necessidades concretas da sala de aula, ao planejamento estratégico orientado por evidências pedagógicas e à apropriação dos processos avaliativos como instrumentos de decisão pedagógica.

As diferenças entre as diretrizes das políticas abordadas, revelam uma forte correspondência entre ambas. Entretanto, observa-se que a Pró-Alfa RN promove adaptações estratégicas, com vistas à adequação ao contexto federativo e territorial do Estado. Enquanto o CNCA estabelece o Ministério da Educação (MEC) como ente indutor, articulador e coordenador da política nacional, a Pró-Alfa RN substitui essa função pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN), que assume o papel de coordenação e articulação no âmbito estadual, respeitando a autonomia dos municípios. Essa substituição reforça o caráter descentralizado da política e o compromisso da SEEC em liderar, de forma colaborativa, a operacionalização das ações de alfabetização no território potiguar.

Outra diferença significativa está na ampliação do papel do Estado na oferta do ensino fundamental. O CNCA reconhece o protagonismo dos municípios na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental, enquanto a Pró-Alfa RN redefine essa diretriz ao incluir o Estado e os Municípios como corresponsáveis pela alfabetização, fortalecendo a gestão compartilhada das etapas iniciais da educação infantil (ensino fundamental I). Além disso, a Pró-Alfa RN introduz a noção de “tácita aceitação da mediação da assistência técnica e financeira da União”, reconhecendo a importância do apoio federal, mas enfatizando a autonomia das redes estaduais e municipais. As demais diretrizes como o fortalecimento do regime de colaboração, o enfrentamento das desigualdades educacionais, a centralidade do processo de ensino-aprendizagem e a formação de professores, técnicos e gestores. Permanecem equivalentes nas duas políticas, demonstrando um alinhamento conceitual e operacional entre o CNCA e a Pró-Alfa RN, ainda que o documento estadual adote uma adaptação territorializada e

participativa da política nacional. Seguindo sua estrutura, os objetivos da Pró-Alfa/RN são descritos no Art. 5º do Decreto nº 33.990/2024, que estabelece:

I - instituir programas, projetos e ações para fomentar a alfabetização de crianças, considerando as especificidades desse processo na educação infantil e as necessidades de sua consolidação até o segundo ano do ensino fundamental; e II - promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2024, p. 12).

A implementação da Política foi viabilizada por meio da alocação orçamentária e do apoio financeiro do governo federal, elementos fundamentais para a execução das ações previstas. O financiamento adequado configura-se como uma das condições essenciais para a efetividade das políticas públicas educacionais, pois garante a continuidade das formações, o fornecimento de materiais pedagógicos e a estruturação das ações de monitoramento e avaliação. De acordo com o que está previsto no artigo 12 do Decreto nº 33.990/2024, a norma estabelece que:

As despesas decorrentes da implementação da política de que trata este Decreto serão provenientes de fomento federal e de dotações orçamentárias consignadas à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer–SEEC. (RIO GRANDE DO NORTE, 2024, p. 5).

A apresentação dos próximos pontos tem o objetivo de esclarecer sobre os eixos da PRÓ-ALFA RN, responsáveis por direcionar a implementação da Política Territorial de Alfabetização no Estado, que orientam as ações pedagógicas, de formação e de acompanhamento. Embora estejam alinhados com as diretrizes nacionais, esses eixos representam uma estrutura própria do governo estadual, criada para adaptar as orientações federais à realidade do Rio Grande do Norte. Ao detalhar cada um deles, podemos entender como o Estado coloca a política em prática em áreas como gestão, formação de professores, acompanhamento pedagógico e avaliação.

Dessa forma, observa-se que a sustentabilidade financeira da Pró-Alfa RN se apoia em um modelo de cooperação federativa, na qual o fomento federal e os recursos estaduais se articulam para garantir as condições necessárias à execução da política. Essa estrutura de financiamento reforça o compromisso do Estado com a

consolidação do direito à alfabetização e a efetivação de uma governança educacional integrada e equitativa.

3.1 Primeiro eixo: Governança e Gestão

O primeiro eixo, referente à Governança e Gestão, visa assegurar que os estados e municípios desenvolvam e publiquem suas próprias políticas de alfabetização. Para isso, são encorajadas iniciativas que fomentem a cooperação entre os diversos níveis de governo e promovam uma gestão mais integrada. Nesse contexto, é fundamental estabelecer comitês locais de governança, encarregados de coordenar, monitorar e avaliar a execução dessas políticas educacionais voltadas à alfabetização.

Para tanto, as diretrizes da Política Territorial de Alfabetização (Rio Grande do Norte) no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, estão pautadas em um planejamento territorial construído em regime de colaboração, conforme citado abaixo:

IV - O fortalecimento do regime de colaboração dos Estados com os Municípios, com foco na promoção da equidade educacional no território; V - O enfrentamento das desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero; VI - A centralidade dos processos de ensino-aprendizagem e das necessidades das escolas. (Art. 4º, incisos IV, V e VI do Decreto nº 11.556 de 12 de junho de 2023)

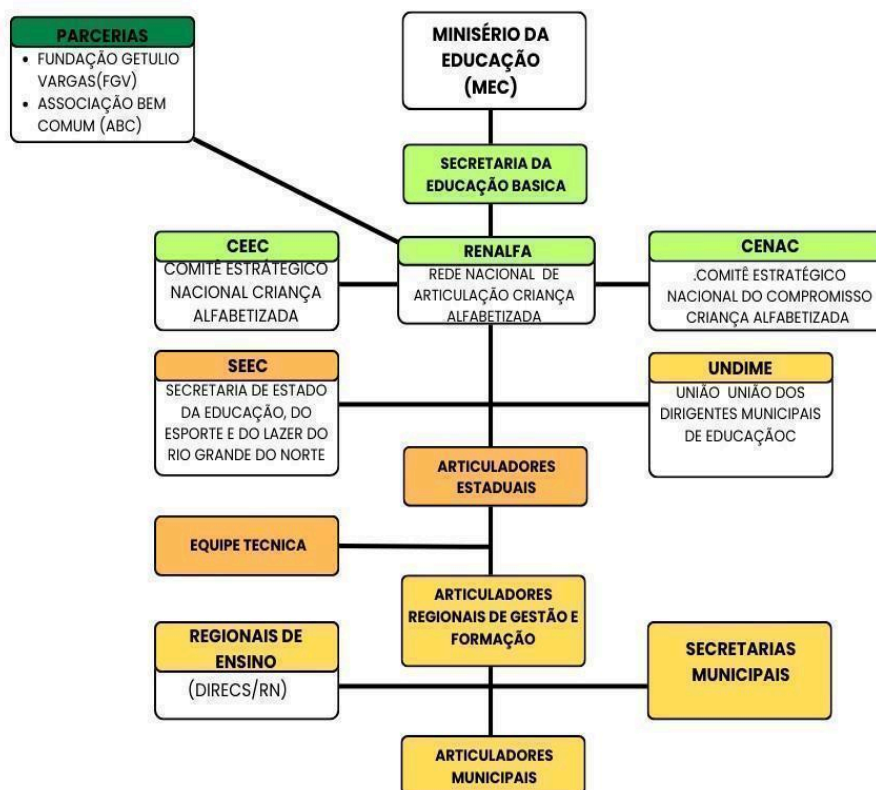
O regime de colaboração entre Estado e municípios instituiu o Comitê Estratégico Estadual– CEEC, regulamentado pelo Decreto 32.948, de 11 de setembro de 2023, cujo Conselho está devidamente empossado e em atividade sob a Coordenação da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer–SEEC, conforme explicita o decreto estadual.

É fundamental fornecer assistência técnica às secretarias de educação, ajudando na criação de políticas que levem em conta as particularidades de cada região e que estejam em conformidade com as metas nacionais. Além de promover encontros frequentes entre gestores para compartilhar experiências e boas práticas, essa ação também visa reforçar os mecanismos de monitoramento e avaliação.

Para pensar sua efetivação no Estado do Rio Grande do Norte, consideram-se os princípios relativos à Governança e Gestão numa perspectiva democrática e colaborativa com definição de orientações curriculares que compreendam e respondam à multidimensionalidade do processo de alfabetização das crianças.

Em síntese, a Pró-Alfa RN simboliza um esforço coletivo entre o Estado e os municípios para enfrentar os obstáculos da alfabetização. Em tese, isso fortalece a colaboração entre as entidades, proporcionando uma educação equitativa para todas as crianças do Estado. Para atingir os objetivos e metas definidos no planejamento da governança e administração da política, elaborou-se um organograma dos entes e setores envolvidos, conforme mostrado na figura a seguir.

Figura 1 - Organograma de Governança da Pró-Alfa.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A governança da Pró-Alfa/RN é o espelho do modelo de administração colaborativa e descentralizada cujo objetivo é intensificar as iniciativas de alfabetização no Estado. Na liderança do programa, a Coordenação Estadual, formada por especialistas da SEEC/RN, desempenha um papel crucial na elaboração das estratégias pedagógicas, na interação com os municípios e na organização da formação contínua de docentes e administradores escolares. Esta coordenação tem a função de supervisionar a implementação do programa nos municípios, assegurando que as medidas estejam consonantes com os objetivos e metas do CNCA.

3.2 Segundo eixo: Formação de Profissionais de Educação

Essa diretriz normativa reforça a urgência de uma política comprometida com a valorização da formação continuada como componente estruturante da qualidade do ensino. Nesse sentido, o posicionamento de Moraes (2006) complementa essa perspectiva ao enfatizar que a formação dos professores alfabetizadores deve ser concebida como um direito profissional e uma responsabilidade compartilhada entre os entes federativos. Para o autor, é indispensável que esse processo formativo seja contínuo, articulado às demandas reais da prática pedagógica e desvinculado de interesses políticos momentâneos, de modo que não seja tratado como um elemento secundário ou descartável nas políticas educacionais.

É importante a formação, cujo principal objetivo é garantir que gestores escolares e professores alfabetizadores tenham uma qualificação adequada. Para isso, foi oferecido um programa de formação continuada, com foco em práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas sobre o processo de alfabetização. Esse programa foi desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior, considerando as particularidades da região e as necessidades de formação identificadas pelas redes de ensino.

Este processo de formação foi realizado através da colaboração com instituições renomadas, incluindo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Essa colaboração entre instituições visou aprimorar as práticas pedagógicas e reforçar a recuperação das aprendizagens, destacando a relevância da

cooperação entre o Estado e os municípios para a eficácia das políticas educacionais. Neste cenário, o programa de formação é chamado de Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (O Pró-Alfa), usando o artigo de gênero textual no masculino para distingui-lo da política territorial, denominado de Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (A Pró-Alfa RN) Esta distinção linguística esclarece a função de cada instância: a política estabelece as diretrizes de alfabetização, enquanto o programa implementa a formação continuada dos profissionais da educação.

3.3 Terceiro eixo: Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos

O Decreto Nacional nº 11.556/2023 destaca que “a política de alfabetização compreenderá a disponibilização de recursos didáticos, pedagógicos e de infraestrutura física e tecnológica adequados ao desenvolvimento da alfabetização” (BRASIL, 2023), evidenciando a importância de um ambiente escolar bem estruturado. No Rio Grande do Norte, o “Cantinho da Leitura” foi implementado em escolas públicas de ensino fundamental anos iniciais, participantes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e no Estado com o suporte implementador da Pró-alfa RN, em conformidade com a Portaria SEEC/RN nº 1.547/2023, a Resolução CD/FNDE/MEC nº 22/2023 e o Decreto nº 11.556/2023. A iniciativa, viabilizada pelo PDDE Compromisso Cantinho da Leitura, objetiva o fomento das práticas leitoras por meio de espaços adequados às características dos estudantes, fortalecendo o contato cotidiano com os livros e a cultura leitora desde a infância.

Atualmente, em 2025, a Pró-Alfa RN disponibilizou materiais didáticos complementares: a Ciranda Potiguar, um produto criado por educadores e educadoras do Rio Grande do Norte, sob a coordenação e autoria de docentes das redes municipal e estadual de educação (FGV,2025). Compreendo que a infraestrutura escolar é fundamental para garantir condições adequadas ao processo de alfabetização. Isso envolve o fornecimento de materiais didáticos complementares e recursos pedagógicos que apoiem o trabalho dos professores em sala de aula.

3.4 Quarto eixo: Sistemas de avaliação

O SIMAIS realiza questionários contextuais com os alunos, professores, gestores e escolas, visando entender melhor aspectos como a situação socioeconômica, a infraestrutura, a formação docente, material didático utilizado e programas que estão em andamento. Estes fatores têm um impacto direto no processo de ensino e aprendizagem. O Sistemas de Avaliação tem como diretrizes do eixo de monitoramento, seguindo as as , três modalidades descritas abaixo:

1. *Avaliação somativa: realizada anualmente ao final do 2º semestre (prevista para outubro), com aplicação por empresa especializada contratada.*
2. *Avaliação formativa: prevista para o início de cada semestre, com a primeira aplicação em abril de 2024 e a segunda em agosto de 2024, com apoio técnico e financeiro do MEC/INEP.*
3. *Avaliação de leitura: realizada no início e no final do ano letivo, com a primeira aplicação em março de 2024 e a segunda em novembro de 2024, também com contratação de empresa especializada e apoio técnico e financeiro do MEC/INEP.*

A utilização de instrumentos de avaliação diagnóstica e formativa possibilita identificar os avanços e os desafios enfrentados no processo de alfabetização, subsidiando a formulação de estratégias pedagógicas mais eficazes. Por isso, torna-se imprescindível incorporar os resultados das avaliações aos processos de planejamento, à formação de professores e ao monitoramento do aprendizado. Além disso, é fundamental a disponibilidade de ferramentas acessíveis às redes de ensino para acompanhar, de forma contínua e sistemática, o desempenho dos estudantes.

Nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Norte vem implementando iniciativas concretas no campo da avaliação educacional. Conforme a Portaria INEP nº 351, de 4 de agosto de 2023, a SEEC/RN passou a incluir no SIMAIS a avaliação das turmas do 2º ano do Ensino Fundamental das redes municipais, dando origem ao SIMAIS ALFA. Essa avaliação tem como objetivo o monitoramento da alfabetização dos estudantes do Estado do RN. (CAED,2023)

As avaliações são aplicadas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, a partir de matrizes de referência alinhadas ao currículo da rede e ao SAEB. A

estrutura da avaliação utiliza a escala de proficiência e padrões de desempenho, permitindo a compreensão do nível de aprendizagem de cada estudante. Além disso, essa estrutura permite comparar os resultados atuais com avaliações anteriores, como a Prova Brasil.

A implementação prática da política ocorre por meio do monitoramento contínuo do aprendizado dos alunos, realizado com base em ferramentas de avaliação diagnóstica e formativa. Essas ferramentas guiam as decisões pedagógicas e permitem a execução de intervenções voltadas para assegurar a alfabetização na idade adequada.

3.5 Quinto eixo: Reconhecimento de Boas Práticas

Por fim, o quinto eixo, denominado Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas, visa a identificação, valorização e compartilhamento de experiências bem-sucedidas na área da alfabetização. Esta ação visa reforçar a liderança de instituições de ensino, docentes e administradores que implementam práticas pedagógicas inovadoras e eficientes.

Nesse cenário, a incorporação dos cinco eixos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) representa uma ação estratégica e coordenada para assegurar que todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas até o final do segundo ano do ensino fundamental. Morais (2006) enfatiza a relevância de transcender a mera adoção de métodos convencionais na alfabetização, argumentando que o êxito do processo está intimamente relacionado à combinação de práticas pedagógicas contextualizadas, capacitação contínua dos docentes e políticas públicas integradas.

Desta forma, a articulação entre os cinco eixos do CNCA configura-se como um esforço coordenado para assegurar a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do segundo ano do ensino fundamental. A efetividade dessas estratégias depende, sobretudo, do comprometimento das redes de ensino com uma gestão qualificada, da valorização dos profissionais da educação e da promoção de condições adequadas para o ensino e a aprendizagem.

4. RESULTADOS DA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRÓ-ALFA

Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa e descritiva, com o intuito de compreender as principais diretrizes e estratégias do desenho institucional, que caracterizam a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN). Havendo como objetivo, utilizar duas principais estratégias de investigação: *a análise documental e a realização de entrevistas com informantes qualificados envolvidos na temática.*

Em relação ao tratamento das informações obtidas, os dados serão analisados com base nos princípios da análise de conteúdo, buscando interpretá-los à luz do referencial teórico da gestão educacional e das políticas públicas voltadas para a alfabetização. Esta metodologia visa garantir um entendimento detalhado e abrangente do processo de implementação, possibilitando a identificação de estratégias adotadas, práticas de ensino implementadas, obstáculos superados e resultados obtidos.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de análise documental aplicada a um conjunto de fontes, visando identificar em qual cenário da alfabetização a política territorial do RN está sendo inserida, além de estudos anteriores sobre o tema, como Gomes e Sumiya (2021), também foram mobilizados de forma complementar.

Esta etapa incluiu documentos oficiais da SEEC/RN, como portarias, relatórios técnicos e planos de ação, além de legislações específicas que orientam a seleção das escolas e a implantação da modalidade. Também foram utilizados dados quantitativos secundários provenientes de relatórios, documentos técnicos e institucionais e normativos. Entre os documentos analisados estão o Relatório de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o SAEB, o IDEB, além dos normativos oficiais. A coleta de informações qualitativas ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com 3 integrantes da equipe técnica da Subcoordenadoria de Ensino Fundamental (SUEF/SEEC-RN), todos diretamente envolvidos na execução da política. Dentre eles, dois assessores pedagógicos que atuam na coordenação e articulação das políticas de alfabetização em nível estadual, oferecendo uma visão

macro e organizacional do processo de implementação, enquanto uma assessora pedagógica, com experiência na área de alfabetização e formação de professores, contribuiu com uma perspectiva técnica e pedagógica sobre o desenvolvimento das ações e o processo formativo dos profissionais envolvidos.

Buscando promover maior privacidade dos entrevistados, serão identificadas como entrevistados A , B e C, onde todos são assessores pedagógicos, no entanto, os entrevistados A e B são também articuladores, já a entrevistada C possui uma visão mais técnica, e participou como formadora do programa de Formação de Professores (O Pró-Alfa). Durante as entrevistas foi utilizado o roteiro semiestruturado, alinhado aos objetivos da pesquisa, possibilitando sistematização e flexibilidade analítica. Foram realizadas com consentimento prévio, gravadas e transcritas integralmente, tendo como foco as diretrizes de implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (PRÓ-ALFA RN).

A modalidade da entrevista permitiu maior flexibilidade na condução das perguntas, possibilitando que as participantes expressassem suas percepções e experiências de forma ampla, ao mesmo tempo, em que se manteve o direcionamento necessário para atender aos objetivos da pesquisa. Realizadas pessoalmente na sede da SEEC/RN, em um ambiente institucional. Essa abordagem facilitou o diálogo direto e a coleta de informações de forma mais próxima do contexto, ajudando a entender melhor as práticas e decisões relacionadas à implementação da política de alfabetização no estado.

Com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a análise de conteúdo permite realizar um processo que se estruturada em três etapas: pré-análise, com leitura exploratória das transcrições; exploração do material, por meio da codificação e categorização dos discursos; e tratamento e interpretação dos resultados, articulando os achados ao referencial teórico e ao contexto empírico da pesquisa. Contribuindo para a compreensão das dinâmicas, percepções e práticas relacionadas à implementação de uma política territorial de alfabetização de crianças no contexto potiguar, explorando a densidade das falas e dos documentos, estabelecendo articulações entre os diferentes dados e favorecendo uma compreensão crítica do objeto estudado.

Em seguida, procedeu-se à triangulação entre os dados qualitativos e os dados quantitativos secundários, possibilitando a articulação entre as percepções da equipe técnica, os documentos institucionais e os indicadores educacionais. Essa estratégia de integração metodológica permitiu identificar convergências e divergências entre as diferentes fontes, oferecendo subsídios analíticos para a compreensão das diretrizes e estratégias que compõem o desenho institucional e orientam a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (PRÓ-ALFA/RN), apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos Aplicados

Atividade	Técnica utilizada	Fonte de dados
Levantamento da bibliografia sobre o tema e escrita da revisão da literatura.	Pesquisa bibliográfica	Livros, artigos científicos, teses, dissertações e produções acadêmicas sobre políticas educacionais que abordem a política de alfabetização trabalhada.
Sistematização dos fundamentos teóricos que subsidiaram a análise da política de alfabetização.	Pesquisa bibliográfica	Obras teóricas sobre implementação de políticas educacionais, gestão educacional e alfabetização.
Análise do marco legal e as diretrizes da política.	Pesquisa documental	Documentos oficiais (leis, decretos, portarias), diretrizes do MEC, planos de ação e materiais pedagógicos
Investigar a implementação em um contexto específico	Estudo de caso	A Secretaria estadual de educação do Rio Grande do Norte
Identificar os desafios e impactos da política a partir da experiência dos atores envolvidos	Entrevistas semiestruturadas	Duas gestoras da Secretaria Estadual de Educação (SEEC/RN), vinculadas à SUEF – Subcoordenadoria de Ensino Fundamental; Uma técnica especialista da SUEF com atuação específica em alfabetização.
Levantamento de resultados e indicadores da alfabetização no território potiguar.	Análise de dados secundários	Dados de bases públicas como INEP, SAEB, IDEB, relatórios do CNCA e resultados disponibilizados pela SUEF.
Interpretar os dados coletados para identificar padrões e boas práticas	Análise de conteúdo	Dados obtidos nas entrevistas e documentos analisados

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O Quadro 2 sintetiza os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, destacando as técnicas e fontes de dados utilizadas em cada etapa do estudo. Ele justifica a abordagem metodológica integrada, que combina pesquisa bibliográfica, análise documental, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e análise de dados secundários, visando oferecer uma visão abrangente e detalhada da implementação da política de alfabetização. Este planejamento metodológica assegura a consistência e a profundidade na análise, ao correlacionar diferentes fontes e abordagens, possibilitando uma compreensão mais robusta dos desafios e impactos da política no contexto potiguar.

Neste sentido, a primeira entrevista foi conduzida com o entrevistado A, no qual ofereceu uma perspectiva abrangente e organizacional sobre o processo de implementação da Política. Ademais, há entrevistada B, foi conduzida com uma assessora pedagógica que acompanha a implementação da política territorial desde sua concepção em 2023. Ambos os diálogos tiveram como objetivo compreender a operacionalização da PRÓ-ALFA RN, suas diretrizes, estratégias de execução e mecanismos de monitoramento, bem como a articulação com o CNCA.

4.1 Alinhamento Federativo e Territorialização da Política de Alfabetização

A implementação da política de alfabetização no Rio Grande do Norte evidencia um processo de alinhamento federativo, no qual o Estado adere às diretrizes nacionais, ao mesmo tempo em que adapta sua execução às especificidades territoriais. Assim, Lotta (2019) destaca que a fase de execução é quando as políticas públicas planejadas se deparam com as realidades institucionais, territoriais e organizacionais, exigindo uma alta habilidade de coordenação entre os diversos níveis governamentais.

Os entrevistados A e B seguem a mesma linha de raciocínio ao relatar que o Estado aderiu abrangente mente ao CNCA, assim criando a política territorial, utilizando como instrumento de coordenação territorial. O que permitiu ao Estado elaborar um modelo próprio de gestão, mas que estivesse em consonância às diretrizes e estratégias da política nacional. O entrevistada A reforça:

“O Estado do Rio Grande do Norte recebeu a proposta do CNCA e estruturou internamente a implementação dessa política. Ele vem via

SIMEC, que é uma plataforma do governo federal, onde os recursos do governo federal são todas ambientadas dela, né? Então, houve uma campanha de divulgação, houve evento nacional... lives e tal. O Estado foi convidado a participar e, obviamente, veio a adesão dentro do SIMEC. Então, o Estado pactuou lá, assumiu o compromisso da aplicação dos recursos. Na medida em que ele fazia essa pactuação e recebia o recurso, ele já ficava obrigado a seguir Esse, porque, por exemplo, cada recurso, o recurso não poderia ser aplicado de uma forma diferente. Veio para material, vou aplicar em outra coisa. Não, as rubricas, que é como a gente chama o recurso, quando ele está destinado, se ele está destinado para material, a rubrica é para material, você só pode gastar em material. Então, pelo que foi destinado pelo MEC, ele foi informado via SIMEC, fora os outros canais de divulgação, E ele estruturou a partir daqui, a partir dos princípios da legislação, o que ele tinha que fazer, como gastar o dinheiro. Então, de certa forma, já estava ali meio que definido.” (Entrevistado A, 2025)

O diálogo buscou compreender as diretrizes de execução da política, com ênfase na formulação, na articulação institucional e nas estratégias adotadas pela SEEC/SUEF. Observa-se que as respostas do entrevistado A refletem a centralidade das diretrizes estaduais na organização e operacionalização da política de alfabetização. Ademais, a menção à articulação entre os diferentes níveis de gestão confirma a ênfase da PRÓ-ALFA RN na territorialização das ações, em consonância com as orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023).

Neste mesmo sentido, a entrevistada B destacou que a PRÓ-ALFA RN constitui uma política territorial integrada, totalmente alinhada às diretrizes do CNCA. Ela ressaltou a relevância da formação continuada, do monitoramento pedagógico e da coordenação multi-institucional, envolvendo a articulação entre Estado, municípios e universidades. Esta perspectiva é corroborada por Lotta (2019), que sustenta que a capacidade do Estado é determinada pelas condições institucionais, técnicas e organizacionais que possui. Sendo crucial para o êxito de uma política governamental. Assim, é crucial estabelecer uma conexão eficaz entre as entidades centrais encarregadas de formular as políticas e as unidades locais encarregadas de implementá-las. Adicionalmente, as orientações devem considerar as especificidades de cada região, sendo crucial a participação dos participantes para que os resultados almejados sejam atingidos.

Apesar dessas dificuldades, observam-se avanços expressivos, consolidando a política estruturante de alfabetização para o Rio Grande do Norte. O entrevistado ainda conclui sobre semelhança das diretrizes:

“Se você for pegar as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, se você pegar a política do Rio Grande do Norte, você vai ver que as diretrizes são as mesmas. Então, seguimos o mesmo parâmetro. As diretrizes que estão propostas para crianças alfabetizadas estão para a política territorial do Rio Grande do Norte, de alfabetização. E elas vão justamente dialogando por quê? Nessa época, que a gente inclusive estava na elaboração, nós não tínhamos muito material para trabalhar nesse sentido. Então, nós lemos todo o decreto, toda a lei política do CNCA, e a partir dele, a gente pensou essa estruturação da política territorial de alfabetização do Rio Grande do Norte.” (Entrevistado B, 2025)

O entrevistado A, ressalta que o CNCA atua como política indutora nos estados e que, devido à inexistência de uma política territorial estruturada no RN, foi criado a PRÓ-ALFA como iniciativa estadual adaptada às diretrizes federais. A gestão da política ocorre em modelo de governança compartilhada, envolvendo representantes da SEEC, UNDIME e do Conselho Estadual de Educação, permitindo que os recursos federais sejam administrados pelo Estado e que os municípios implementem as ações conforme suas demandas locais, porém dentro de uma lógica de coordenação centralizada, o que se alinha à literatura sobre a importância da coordenação multinível em políticas públicas educacionais.

A análise das respostas do entrevistado B, revela que a política estadual foi elaborada de modo a adaptar o modelo nacional à realidade local, garantindo coerência entre os objetivos do CNCA e as estratégias de execução no estado, conforme previsto no Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024. As diretrizes da PRÓ-ALFA RN abrangem a alfabetização na idade certa, a recomposição de aprendizagens do 3º ao 5º ano, a formação contínua de professores, coordenadores e gestores, além do monitoramento pedagógico sistemático. Segundo o gestor, desde a concepção da política, houve leitura integral dos documentos normativos e adequação às demandas regionais, assegurando que a PRÓ-ALFA atendessem aos objetivos do CNCA, em consonância com a literatura que aponta a adaptação de políticas nacionais às especificidades locais como fator de sucesso.

4.2 Estrutura de Governança e Pactuação Federativa na Implementação da Política de Alfabetização

No que concerne a adesão dos municípios, o entrevistado A, enfatiza em suas falas a importância ter existido uma pactuação com todos os municípios, ocorrendo de forma não obrigatória, e ainda sim unânime, ocorrendo de forma ampla devido à articulação da SEEC e da UNDIME, com apoio dos articuladores estaduais e regionais, evidenciando que o engajamento foi assegurado pelo reconhecimento da relevância da alfabetização, independentemente de diferenças políticas ou ideológicas. De forma complementar, o entrevistado B afirma:

“ a Renalfa veio exatamente para garantir esse funcionamento. Então, eu acredito que a adesão veio primeiro para o Rio Grande do Norte, para a Secretaria do Rio Grande do Norte. Depois da Secretaria do Rio Grande do Norte, Todos os municípios receberam para fazer adesão e os 167 municípios fizeram a adesão. E aí esse engajamento, esse funcionamento, ele se deu muito mais diante dessa articulação da RENALFA. Porque exigia que, tanto no município como no estado, houvesse os articuladores regionais e os articuladores regionais.” (Entrevistado B, 2025)

Os entrevistados A e B, destacam a importância de se seguir a estruturação fornecida nacionalmente através do compromisso, ambos evidenciam o papel da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Renalfa), estabelecida pela Portaria nº 1.774/2023, componente fundamental do CNCA. Com isso, fomenta a ampliação da capacidade institucional dos sistemas municipais e estaduais de ensino. Além disso, é destacado que a existência da Renalfa estadual no RN é um exemplo do regime de colaboração entre a União e os estados.

4.3 Fatores que caracterizam o Desenho Institucional da Política de Alfabetização

Outro aspecto relevante debatido é a organização da gestão territorial da política, onde os entrevistados A e B evidenciam uma gestão descentralizada e colaborativa, baseada em governança compartilhada. Reforçando a importância do papel das instâncias regionais e municipais na execução das ações. Pontuando a fundamental participação e papel dos articuladores, já estava implementado em cada município através do CNCA. No qual cada município já tinha um articulador da

Renalfa que estava ali fazendo essas escutas, trazendo essas escutas. Ademais, ambos entrevistados mencionam como instâncias que participaram da coordenação e acompanhamento das ações, o MEC, a Renalfa, Undime, SEEC e demais coordenadorias da secretaria estadual e as universidades (UERN, UFRN, UFERSA).

O entrevistada A abordou outro tópico discutido nos documentos analisados do presente trabalho, a cooperação entre governo estadual, redes municipais e governo federal na condução da política do Pró-Alfa, relatando que, articulação ocorre por meio de recursos federais alocados sem viés partidário, assessoria técnica do MEC e do CAED, incluindo formações e avaliações, e apoio complementar dos estados e municípios, com participação conjunta nas formações. Essa articulação entre os três níveis de governo permite uma implementação integrada da política, promovendo sinergia, continuidade e maior efetividade nas ações voltadas à alfabetização.

O entrevistada B ratifica a análise acima, relatando que, além da forma que é estruturado a distribuição de recursos, a cooperação entre os entes federativos, ocorre mediada pela RENALFA, garantindo o alinhamento em cascata de informações e integração das ações, o que reforça o conceito de governança multinível, apontado como determinante para a implementação eficaz de políticas educacionais.

4.4 Programa de Formação Continuada em Alfabetização para Profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: estratégias e desafios

No que se refere à formação, o entrevistado A destacou sobre o programa O PRÓ-ALFA RN, no qual se organizou em etapas articuladas, iniciando com a capacitação dos formadores estaduais em Natal, distribuídos em 22 turmas, cada uma responsável por preparar articuladores municipais. Em seguida, essa formação é replicada nos municípios, alcançando professores, coordenadores e gestores, com flexibilidade na organização do tempo e da carga horária, de modo a atender às especificidades locais. Essa estratégia favorece a integração das redes municipal e estadual, assegurando uniformidade nas práticas pedagógicas e compreensão compartilhada do processo de alfabetização. Ainda sobre a percepção do entrevistado A, tais diretrizes respeitam o princípio central do CNCA: “o direito é da

criança e o compromisso é de todos”, reforçando a importância da territorialização, do monitoramento e da formação docente como pilares para resultados efetivos.

De forma complementar, a entrevistada B reforça sobre a formação continuada, onde foi estruturada em quatro trilhas, dividindo-se em professores do 1º e 2º anos, coordenadores Pedagógicos, gestores e equipes técnicas, e também para docentes do 3º ao 5º anos, voltados à recomposição de aprendizagens. Afirmando que as atividades contemplam planejamento pedagógico, aplicação em sala de aula e monitoramento da prática docente, fortalecendo a ação educativa e alinhando-se às recomendações do CNCA e do Plano Estadual, bem como à literatura que destaca a capacitação docente continuada como estratégia de melhoria da aprendizagem.

Ambos reconhecem que o engajamento municipal depende da cooperação intergovernamental. Ademais, situações como desafios, como a instabilidade política que interrompe projetos, a dificuldade em acompanhar de perto a prática dos professores, fazendo com que pessoas já integradas à política sejam substituídas, e se faça necessário capacitar e engajar os novos profissionais, além da pouca visibilidade da política entre os profissionais mais novos. Essas questões reforçam estudos que mostram como fatores políticos e organizacionais podem influenciar o sucesso das ações na área da educação, afirmação realizada por entrevistados.

Além das entrevistas com os articuladores, foi realizada entrevista com uma formadora do Pró-Alfa (entrevistada C), complementando pontos que destacam os desafios da formação, estava a adequação a rotina de trabalho dos profissionais/professores envolvidos, sendo colocado como mais uma atividade necessária, onde os insumos necessários para o deslocamento não foi realizado atrelando indiretamente a permanência até o fim do período formativo, houve também desafios na logística das formações, onde ocorreram no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves (CEMURE), além de haver em alguns casos dificuldades de liberação da gestão escolar, onde foi necessário um olhar mais sensível e de diálogo para que as redes entendessem que o professor precisa estar nesses momentos de formação. A entrevistada ainda conclui:

“Desafios que encontramos, o professor muitas vezes se deslocar para o ponto de formação, então muitos moravam na zona norte,

moravam interiores e encontravam dificuldades, uma vez que não receberam bolsa, então eles tinham essas dificuldades, então às vezes acontecia testados médicos, dificuldade de chegar a tempo, especificamente a minha trilha de terceira a quinta, a minha turma era numa sexta-feira à tarde, então muitos professores já cansados de uma semana de trabalho ” (Entrevistado C, 2025)

A participante C também aborda a questão dos desafios enfrentados para realização da formação continuada de professores que contemplasse a rede pública, pontuando o grande número de professores do ensino fundamental de primeiro ao quinto ano, coordenadores, gestores. Salientando também a complexidade de alinhar a percepção dos professores acerca da necessidade da permanência nas aulas, surge a necessidade para além de motivar, ir comparecer, e realizar trocas através de relatos de experiência.

Além disso são apontados a utilização de materiais, guias e recursos pedagógicos que facilitaram a formação, e ainda enfatiza que o material foi elaborado especificamente para aquela atividade, através das parcerias com as universidades, reconhecendo que houve uma estruturação para que os conhecimentos adquiridos fossem replicados. Por fim, destaca a importância da apresentação e inserção do material complementar Ciranda Potiguar, constituído de cinco versões, contemplando do 1º ao 5º ano. O conteúdo abordado no livro teve foco na oralidade, leitura e escrita, dialogando com aspectos regionais, da arte, da cultura, da culinária potiguar, a fim de realizar sequências didáticas que contemplassem essa oralidade, essa leitura, a partir dessas formações.

4.5 Avanços e desafios na implementação da PRÓ-ALFA RN: monitoramento, avaliação e consolidação da política de alfabetização

Outro ponto fortemente destacado através do entrevistado A e B são correlacionados ao acompanhamento técnico e pedagógico junto aos municípios, ser realizado de maneira contínua pelos articuladores municipais, monitorando o uso de plataformas pedagógicas, a aplicação de avaliações e a implementação de cantinhos de leitura, o que permite ajustes imediatos nas práticas escolares. Esta abordagem prática reforça a literatura que recomenda monitoramento constante como estratégia para assegurar resultados consistentes em políticas educacionais. Além disso, o principal instrumento de avaliação é o SIMAIS Alfa, aplicado por

agentes externos do CAED, garantindo confiabilidade nos indicadores de alfabetização, enquanto as avaliações intermediárias realizadas pelos professores servem à reflexão pedagógica e ao realinhamento das práticas em tempo real, refletindo boas práticas internacionais de aprendizagem baseada em evidências.

“Se os professores estão utilizando a plataforma, porque a plataforma do compromisso não é só para avaliação, apesar de ser para avaliação também, mas ela também tem... orientações pedagógicas, aí ele está vendo lá se o professor fez a avaliação, se não fez, por quê, por que no dia da avaliação apenas 80% dos estudantes estavam presentes e não estavam os 100%, até porque a avaliação não é obrigatória acontecer em um só dia, a avaliação do compromisso pode acontecer em dia diferente, Ele faz o monitoramento, por exemplo, para avaliação estadual, se os territórios estão se preparando, quais ações estão sendo desenvolvidas, se os professores conhecem as matrizes de referência, como também ele está fazendo o acompanhamento dos cantinhos de leitura, se foram implementados em cada sala de aula, se não foi, por quê, como é que está sendo utilizado, né? Então, este acompanhamento da política é feito cotidianamente pelos articuladores municipais lá no território, de forma orgânica mesmo.”
(Entrevistado A, 2025)

De forma complementar, o entrevistado B, destaca sobre acompanhamento e a avaliação serem realizadas por meio de ciclos avaliativos no início, meio e fim do ano letivo, utilizando ferramentas como o SIMAIS ALFA. Destacando como uma ferramenta de monitoramento que possibilita identificar lacunas, ajustar práticas pedagógicas e consolidar o uso de dados para uma gestão baseada em evidências, conforme orientações da literatura especializada.

Quanto aos mecanismos utilizados para monitorar e avaliar o progresso dos municípios, o entrevistado A e B, convergem as percepções quanto à centralidade da avaliação como instrumento de acompanhamento da política de alfabetização no Rio Grande do Norte. Ambos reconhecem que o monitoramento contínuo das aprendizagens. O entrevistado A enfatiza o caráter estratégico e organizacional do monitoramento, destacando que as avaliações periódicas permitem ao Estado planejar ações corretivas e oferecer suporte técnico às redes municipais, fortalecendo a gestão territorial e o uso dos dados como subsídio à tomada de decisão. Já o entrevistado B, com uma visão mais operacional, detalha o funcionamento dos ciclos avaliativos de entrada, meio e saída, ressaltando que eles possibilitam acompanhar o progresso dos estudantes e, simultaneamente, avaliar a

eficácia das práticas docentes e das formações continuadas. Ambos evidenciam que as avaliações são realizadas por meio do SIMAIS ALFA, sistema estadual alinhado às diretrizes do compromisso nacional, o que reforça a integração entre as políticas nacionais e estaduais.

O entrevistado A, ressalta sobre os mecanismos utilizados para monitorar e avaliar o progresso da formação no Estado. Relatando que, o principal mecanismo de monitoramento da alfabetização no Estado é a Simais Alfa, aplicada por agentes externos e organizada pelo CAED. É essa avaliação que gera o indicador oficial “Criança Alfabetizada”, permitindo acompanhar o progresso anual do Estado. Além disso, ele enfatiza que as escolas realizam três avaliações internas realizadas na (entrada, meio e final) aplicadas pelos próprios professores. Embora não gerem indicadores oficiais, essas avaliações são essenciais para identificar estudantes com dificuldades, orientar a prática pedagógica e ajustar o planejamento. A orientação é que os professores registrem resultados reais, pois esses dados servem exclusivamente para apoiar a aprendizagem. O entrevistado ainda conclui sobre crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental:

“ O principal instrumento que a gente tem a nível nacional é a avaliação do Simais Alfa, Ela quem faz a leitura, que tira esse indicador que em 2023, como eu falei, nós tivemos 37,24% das crianças alfabetizadas, 2024 a gente já deu uma melhorada, a gente estava no início da política, fomos para 39,29% e estamos na expectativa agora de 2025” (Entrevistado A, 2025)

Outro ponto fortemente destacado pelo entrevistado A e B são os desafios observados na implementação da política territorial, destacando a descontinuidade administrativa e na rotatividade de profissionais nos municípios, fatores que fragilizam a continuidade das ações e dificultam a consolidação de resultados de longo prazo. Além de ressaltar a necessidade de garantir a permanência da política mesmo diante de eventual retirada de recursos federais, reforçando a importância de sua institucionalização legal e da inclusão no orçamento estadual e municipal, assegurando recursos para formação docente e demais eixos estratégicos.

Ademais, foram apontados os avanços significativos atribuídos até o momento, como a implementação da primeira política estadual de alfabetização, a formação em grande quantidade de profissionais da educação e a organização de

um sistema de acompanhamento pedagógico, o monitoramento contínuo, que possibilita intervenções direcionadas em municípios e escolas prioritárias, a criação de uma plataforma de avaliação robusta, inédita no estado, e a integração das redes estadual e municipal, promovendo maior uniformidade das práticas pedagógicas e fortalecendo a implementação consistente da política.

O entrevistado A complementa com considerações pertinentes a importância da política, salientando que a alfabetização constitui a base da aprendizagem, comparando-a ao alicerce de uma casa, e que garantir a alfabetização na idade adequada é essencial para reduzir déficits de aprendizagem e promover equidade educacional. Assim, o foco da PRÓ-ALFA RN é assegurar que pelo menos 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano, consolidando o direito à educação infantil (ensino fundamental I) de qualidade.

De modo semelhante, o entrevistado B, avalia a política com a etapa de implementação completa, embora ainda necessite de ajustes relacionados à visibilidade, à continuidade da formação e à sistematização de materiais pedagógicos. Além de ajustes no alinhamento entre a política nacional, as normas estaduais e a literatura especializada evidencia que a política possui bases sólidas para aprimorar a alfabetização no Rio Grande do Norte, mas demanda fortalecimento institucional e consolidação das práticas de monitoramento.

As respostas dos gestores evidenciam a articulação entre a implementação da PRÓ-ALFA RN e as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023), e pelo Decreto nº 33.990/2024, que formaliza a política estadual no Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 2024).

Conforme destacado pelos entrevistados, a política depende de recursos federais destinados sem viés partidário, assessoria técnica do MEC e do CAED, além do apoio complementar do estado e dos municípios, garantindo a continuidade e efetividade das ações. Esse alinhamento com os decretos reflete-se na estruturação do programa de formação docente, que inicia com a capacitação dos formadores estaduais em Natal e se replica nos municípios, promovendo a integração das redes estadual e municipal.

Além disso, a PRÓ-ALFA RN incorpora mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, permitindo intervenções direcionadas e o fortalecimento da alfabetização em todo o estado, evidenciando a correlação direta entre a regulamentação legal, a implementação prática e os dados de acompanhamento das ações. Para a análise dos dados, elaborou-se uma síntese das respostas obtidas nas entrevistas, destacando os aspectos mais relevantes relacionados às diretrizes de implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (PRÓ-ALFA RN). As falas das participantes foram organizadas em um quadro analítico, no qual se evidenciam as percepções sobre as principais diretrizes, estratégias e desafios da política, possibilitando a correlação entre os discursos institucionais e os dados obtidos em documentos oficiais.

Esta sistematização permitiu identificar convergências e divergências entre a visão macro e técnica da SEEC, favorecendo uma interpretação crítica à luz do referencial teórico e dos objetivos propostos neste estudo, elaborou-se uma síntese das respostas das entrevistadas sobre as diretrizes de implementação da política, conforme mostrado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Síntese das respostas das entrevistadas sobre as diretrizes e estratégias de implementação da PRÓ-ALFA RN.

Categoria de análise	Entrevistado A	Entrevistada B	Entrevistada C
Diretrizes gerais da política	<i>“Quando a gente fala na alfabetização na idade certa, a gente está levando como princípio fatores [...] de maturação cognitiva [...] que favorecem o processo de alfabetização aos 6 e 7 anos.”</i>	<i>“O principal princípio do compromisso é a garantia do direito à aprendizagem, alinhando as diretrizes locais às orientações nacionais.”</i>	<i>“Alfabetizar a criança prevista na BNCC na idade certa, que é de 6 e 7 anos para o 1º e 2º ano, e 8 a 10 anos no 3º ao 5º ano do ensino fundamental.”</i>
Estratégias de organização e gestão territorial	<i>“O MEC colocou articuladores presentes em todos os territórios, e o papel deles foi fundamental para que os municípios fizessem adesão em 100%.”</i>	<i>“A política se deu através da RENALFA, grupos de estudos, SUEF, CODESE, CORE e universidades, que coordenavam a elaboração dos eixos da política.”</i>	<i>“A gestão territorial ocorreu de forma articulada, com apoio direto das universidades e comissões territoriais que acompanhavam os municípios.”</i>
Desafios de implementação da Política	<i>“Um grande desafio é institucionalizar a política legalmente [...] porque hoje ela é apenas um decreto.”</i>	<i>“A política aponta aquilo que é possível e real, evidenciando desafios que precisam ser alinhados e melhorados.”</i>	<i>“Os desafios aparecem na diversidade dos municípios, que têm realidades muito diferentes e exigem estratégias específicas para avançar.”</i>
Desafios de implementação do Programa de Formação de Professores e Técnicos	<i>“Para ter política de alfabetização é preciso ter formação, não só de professores, mas de todos os profissionais envolvidos.”</i>	<i>“A política visava manter e fomentar a formação continuada, seguindo a mesma organização prevista no Compromisso Nacional.”</i>	<i>“É um desafio alinhar toda essa formação para que os profissionais possam replicar conhecimentos e motivar professores a comparecer e participar das formações.”</i>

Fonte: Elaboração própria a partir aplicação das entrevistas A, B e C (2025).

Observa-se que as respostas das entrevistadas corroboram as diretrizes previstas no Plano de Implementação da PRÓ-ALFA RN (RIO GRANDE DO NORTE, 2024), sobretudo no que se refere à integração entre Estado e municípios. As menções à formação continuada e ao acompanhamento técnico também se alinham às

orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023), evidenciando a coerência entre o discurso institucional e os princípios normativos da política.

A análise comparativa das entrevistas evidenciaram convergências relacionadas à concepção e execução da (PRÓ-ALFA RN). Os três entrevistados demonstram percepção alinhada quanto ao papel central da alfabetização na idade certa, compreendida como um direito fundamental e estruturada a partir das diretrizes da BNCC. Tal consenso é reforçado por falas como a do Entrevistado A, ao destacar que a alfabetização ocorre em um período de “maturação cognitiva favorável”, e pela afirmação da Entrevistado B de que “o principal princípio do compromisso é a garantia do direito à aprendizagem”.

No que se refere à gestão territorial, os entrevistados A, B e C são congruentes em reconhecer a forte articulação entre diferentes instâncias da SEEC/RN, municípios, MEC e as universidades. As falas demonstram integração e articulação, evidenciada na afirmação do Entrevistado A sobre o papel “fundamental” dos articuladores territoriais e na explicação da Entrevistada B acerca da atuação de grupos de estudo compostos por SUEF, CODESE, CORE e a RENALFA.

No tocante aos desafios, embora há convergentes no reconhecimento das dificuldades de articulação e da desigualdade entre redes municipais, cada entrevistado destaca um aspecto específico: institucionalização da política (A), necessidade de alinhar ideal e realidade (B), e heterogeneidade dos municípios (C). Já no tocante à formação continuada, todos convergem para sua centralidade, embora em suas falas reforcem nuances distintas, como o desafio de engajar professores, apresentado pela Entrevistada C.

Por fim, há convergência na percepção de avanços, como o fortalecimento da cultura avaliativa, a organização institucional e o uso pedagógico dos dados, indicando efeitos positivos da PRÓ-ALFA RN, apesar dos desafios existentes. Nesse arranjo, o CNCA define as diretrizes nacionais, enquanto a PRÓ-ALFA RN, no exercício de sua autonomia, ajusta essas orientações e incorpora informações adicionais para operacionalizá-las no âmbito estadual, assegurando

complementaridade entre os níveis federativos e contribuindo para o alcance das metas de alfabetização no território potiguar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito responder a seguinte questão-problema: Quais foram as principais diretrizes e estratégias do desenho institucional, que caracterizam a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa/RN)?

Para respondê-la, foi utilizada a análise das diretrizes e estratégias que marcaram a implementação da política, verificando a forma como foi implementado segundo a perspectiva de gestores públicos e assessores pedagógicos da SUEF diretamente envolvidos na execução da política.

Com este fim, seguimos três objetivos específicos: *a) Compreender o desenho institucional da política de alfabetização territorial para identificar o funcionamento esperado da política - b) Identificar a estrutura de governança, inclusive os principais atores e instâncias envolvidos na implementação da política no estado do RN e seus respectivos papéis - c) Analisar os principais desafios enfrentados por gestores da secretaria estadual de educação do Rio Grande do Norte na implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte.*

Inicialmente, analisamos o desenho institucional da política de alfabetização territorial, realizando a identificação do funcionamento esperado da política, através da análise de conteúdo. No qual foi possível a identificação da estrutura de governança, inclusive os principais atores e instâncias envolvidos na implementação da política no estado do RN e seus respectivos papéis, reafirmados através dos resultados obtidos nas entrevistas.

No quesito das diretrizes, ressalta-se o reconhecimento da autonomia dos Municípios e do papel articulador e coordenador da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC), na realização da política. Um fator interessante destacado é o reconhecimento do protagonismo dos Municípios na oferta da educação infantil e do Estado e dos Municípios na oferta da primeira etapa do ensino fundamental, realizado através da escuta a profissionais, durante a

articulação de boas práticas, ocasião em que se compartilham de experiências locais, realizado para compartilhar e inspirar mediante práticas já desenvolvidas.

É importante ressaltar o fortalecimento do regime de colaboração do Estado com os Municípios, com foco na promoção da equidade educacional no território. Tal movimento representa um avanço significativo de colaboração e corresponsabilidade entre os entes federados, tornando-se um marco importante de aprimoramento das práticas pedagógicas e de enfrentamento das desigualdades regionais, étnico-raciais, gênero e socioeconômicas.

O diagnóstico inicial de ausência de cooperação intergovernamental é reformulado, indicando potenciais mudanças nas relações entre os entes federativos no Estado. A gestão da política passa a ocorrer em um modelo de governança compartilhada, no qual os recursos federais são administrados pelo Estado e os municípios executam as ações conforme suas demandas locais, ainda que inseridos em uma lógica de coordenação centralizada. Este movimento pode representar uma ruptura com o padrão histórico de baixa cooperação na implementação de políticas voltadas às aprendizagens, como destacado em Gomes e Sumiya (2021).

A abordagem adotada pela PRÓ-ALFA RN dialoga com a perspectiva de Gomes e Melo (2021), ao reconhecer as desigualdades territoriais e orientar a gestão da política por princípios de equidade e equalização. Os resultados indicam que a territorialização das ações, o fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e municípios e o uso sistemático de dados avaliativos permitem ajustar recursos, formação e intervenções pedagógicas às especificidades locais. Desta forma, a política evidencia que a garantia do direito à alfabetização requer coordenação federativa aliada à sensibilidade às realidades territoriais, elemento central para o enfrentamento das desigualdades educacionais no Rio Grande do Norte.

Conforme a teoria acerca da execução de políticas públicas, os dados deste estudo indicam que a PRÓ-ALFA RN é um processo dinâmico, caracterizado por ajustes frequentes e pela necessidade de avaliações intermitentes, conforme observado por Lotta (2019). Neste percurso, a atuação dos gestores, mediadores e educadores evidencia que a política se concretiza por meio de adaptações às

realidades locais, sublinhando que sua implementação vai além de um aspecto meramente técnico. Conforme ressaltam Constantino e Rodrigues (2020), a conversão das diretrizes em ações práticas implica negociações e dificuldades específicas de distintos contextos educacionais, o que aumenta a relevância da articulação entre as esferas governamentais, a capacitação contínua dos educadores e o monitoramento constante para fortalecer e assegurar a eficácia da política de alfabetização no Rio Grande do Norte.

No decorrer de 2025, com a implementação do programa de formação para professores, técnicos e gestores educacionais, os entrevistados identificaram a necessidade de ajustes relacionados à logística e à permanência dos profissionais nos ciclos formativos e seminários, os resultados sugerem que essa estratégia vem desempenhando um papel relevante no fortalecimento das práticas pedagógicas. Tal contribuição se manifesta tanto no aprimoramento e diversificação dessas práticas quanto no avanço da valorização da formação docente. Em decorrência disso, observa-se o fomento ao monitoramento contínuo dos resultados de aprendizagem em alfabetização e o fortalecimento de uma educação mais inclusiva e de qualidade, decorrentes do incentivo à formação dos profissionais da educação e ao aprimoramento das práticas pedagógicas e de gestão escolar.

O Pró-Alfa RN tem o potencial de promover a centralidade dos processos de ensino-aprendizagem e das necessidades das escolas potiguaras. Isso abrange a organização estadual para a realização da formação de professores, monitoramento pedagógico e a avaliação, tem como compromisso diagnosticar e monitorar o processo de alfabetização de estudantes do 1º ao 5º ano. Permitindo que a escola, com base nos resultados das avaliações, reconheça o nível de aprendizado e identifique áreas que demandam reforço, além de empregar ferramentas como o SIMAIS ALFA, uma avaliação diagnóstica em larga escala aplicada a estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental nas redes de ensino do estado do Rio Grande do Norte, visando monitorar o processo de alfabetização. Destaca-se a necessidade de futuras pesquisas que abordem as avaliações de desempenho realizadas por meio da política, apresentando os indicadores e possíveis mudanças de cenário, assegurando que as soluções propostas sejam inclusivas e adaptadas às suas

realidades, permitindo o aprimoramento contínuo das políticas públicas alfabetizadoras.

No quesito de estratégias na implementação, ressalta-se que a SEEC, com o apoio técnico e financeiro da União, permitiu o fortalecimento do regime de colaboração, por meio do fortalecimento de uma rede de articuladores de gestão, formação e mobilização. Durante este processo destaca-se do mesmo modo o papel da atuação da RENALFA na política territorial, desempenhando ações que auxiliaram a adesão de todos os municípios, culminando na pactuação de 100% dos municípios do Estado, ocorrida de forma não obrigatória, e ainda assim uniforme. Esta realidade foi possibilitada através da articulação da SEEC e da UNDIME, com apoio dos articuladores, evidenciando que o engajamento foi assegurado pelo reconhecimento da relevância da alfabetização, independentemente de diferenças políticas ou ideológicas.

A partir desta perspectiva, notou-se um alinhamento na percepção de similaridades entre diretrizes e estratégias. As entrevistas seguiram pela mesma linha, reforçando a importância da política como instrumento de fortalecimento da alfabetização no território potiguar. Apesar da implementação do Pró-Alfa no RN representar um avanço importante na redução das Desigualdades educacionais, a integração dos sistemas de avaliação da aprendizagem da educação infantil, após a realização e disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem dos estudantes, assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares, e posteriormente disponibilização de materiais didáticos adicionais e outros recursos pedagógicos, bem como melhorias na infraestrutura escolar.

A alfabetização é um momento crucial na educação infantil, processo essencial para o desenvolvimento das crianças. Cabe salientar que o sucesso dessa política depende da capacidade de superar os desafios identificados e de promover a alfabetização de crianças potiguares de maneira inclusiva e adaptada às especificidades culturais e territoriais. Vale salientar, a complexidade do processo que demanda atenção continuada e esforços dos coordenados.

Os desafios identificados pelos entrevistados evidenciam fragilidades na implementação da política, especialmente no que se refere à sua sustentabilidade diante de possíveis mudanças de gestão e da ainda limitada institucionalização legal e orçamentária, já que a política permanece ancorada em decreto. Igualmente foram apontados, dificuldades relacionadas à necessidade de ajustes contínuos em suas diretrizes e processos, de modo a aprimorar a coerência interna e a efetividade das ações. Além disso, a expressiva diversidade entre os municípios, marcada por realidades administrativas, pedagógicas e estruturais distintas, impõe demandas específicas que tornam o processo de implementação ainda mais complexo. Estes fatores demonstram que a consolidação da política requer tanto estabilidade normativa quanto estratégias capazes de responder às variações do território.

As questões relacionadas aos desafios associados à implementação do programa de formação continuada, a análise permitiu identificar a necessidade de aprimorar as estratégias adotadas, de modo a assegurar a participação efetiva dos profissionais envolvidos. Embora tais aspectos não tenham sido comprovados empiricamente, as percepções dos entrevistados sugerem a existência de limitações relacionadas à logística das formações e às condições de permanência dos participantes, indicando ainda a possibilidade de acúmulo de funções que compromete o engajamento pleno no processo formativo. Para atingir o objetivo desta política, depende da capacidade de superar os desafios identificados, de promover avanços relacionados ao compromisso e com o foco em garantir o direito à alfabetização na idade certa para todas as crianças potiguares.

Contudo, para que esta política aproveite ao máximo todo o seu potencial, é necessário enfrentar desafios como a necessidade de institucionalização da política, realizada através da consolidação por meio do ordenamento jurídico, onde permitirá garantir maior legitimidade, estabilidade e permanência. Além de correlacionar os recursos para formação docente e demais eixos estratégicos, bem como é, bem como é importante destacar a necessidade de ajustes com relação à logística e à permanência dos profissionais nos ciclos formativos e seminários, diversificação dessas práticas e avanço da valorização da formação docente.

Desta forma, a realização do monitoramento contínuo dos resultados apontados é crucial para se alcançar os objetivos dessa política pública. Nesta conjectura, a Pro-Alfa/RN atua como uma ferramenta fundamental para mudar o cenário da educação no Estado.

Conclui-se que, ao observar, o processo de implementação da política tem potencial de consolidação como uma iniciativa fundamental para fortalecer a alfabetização no Estado, articulando ações entre os diferentes níveis federativos e promovendo a integração entre diretrizes nacionais e territoriais. Contudo, a Pró-Alfa RN é um instrumental fundamental para alcançar melhores resultados, onde se faz necessário o fortalecimento da governança territorial e do acompanhamento sistemático das ações, de modo a garantir que os objetivos propostos na política no tocante aos indicadores de alfabetização e na redução das desigualdades educacionais, sejam traduzidos em melhorias concretas.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. **Avaliação e Monitoramento**. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentosimais.caeddigital.net/#>. Acesso em: 3 maio 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. **Decreto nº 33.990, de 26 de setembro de 2024**. Institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 27 set. 2024. Disponível em: <https://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12024-09-27.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 03 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15247.htm . Acesso em: 7 nov 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução nº 22, de 24 de outubro de 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/publicacao-da-resolucao-22-de-24-de-outubro-de-2023.pdf/view> . Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Documentos de referência do SAEB: versão 1.0**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_d_e_referencia_versao_1.0.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Senado se mobiliza para reduzir desigualdade no ensino público, evidenciada na pandemia**. Agência Senado, Brasília, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/senado-se-mobiliza-para-reduzir-desigualdade-no-ensino-publico-evidenciada-na-pandemia>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Instituto DataSenado. **Impactos da pandemia na educação no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FELICETTI, R. F. **Letramento literário nas séries iniciais: desafios pós-pandemia**. 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_3b19711d89fa257ae65330763d726603. Acesso em: 17 jun. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Rio Grande do Norte lança coleção Ciranda Potiguar**. Rio de Janeiro: FGV, 2025. Disponível em: <https://dgpe.fgv.br/noticia/rio-grande-do-norte-lanca-colecao-ciranda-potiguar>. Acesso em: 7 out. 2025.

GOMES, E. J. **A alfabetização em tempos de pandemia: desafios enfrentados pelas escolas no ensino remoto**. Revista Humanidades & Inovação, Palmas, v. 10, n. 25, p. 306-318, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9773/6126>. Acesso em: 4 jul. 2025.

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. **Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, n. 1, p. 1–12, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/y4pScPn3NtrcFXQmTFGsjz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2025.

GOMES, Sandra Cristina; SUMIYA, Lilia Asuca. **Conhecer para transformar: diagnóstico das desigualdades educacionais no Rio Grande do Norte**. Natal, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andre-Silva-118/publication/357205868_Evolucao_e_De_sigualdades_no_financiamento_da_educacao_no_RN/links/61c1ba4d52bd3c7e05803c78/Evolucao-e-Desigualdades-no-financiamento-da-educacao-no-RN.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

IMPrensa Nacional. **Portaria nº 351, de 4 de agosto de 2023**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-351-de-4-de-agosto-de-2023-501180278>. Acesso em: 10 out. 2025.

IMPrensa Nacional. **Portaria nº 1.773, de 1º de setembro de 2023**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.773-de-1-de-setembro-de-2023-507377644>. Acesso em: 15 nov. 2025.

KLEIMAN, Â. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. In: _____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LOTTA, G. S. **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20Análises%20sobre%20Implementação%20de%20Políticas%20Públicas%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 1 out. 2025.

MORAIS, A. G. **Alfabetização e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. 1-20, jul./set. 2017.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Este trabalho foi integralmente elaborado pelo autor, com apoio pontual de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG), utilizadas como recursos auxiliares no processo de produção acadêmica. A plataforma ChatGPT (versões 4.0 e 4.0 com Canva) foi utilizada, entre os meses de agosto e novembro de 2025, para a exploração inicial de ideias, síntese de anotações, revisão textual preliminar.

Todo o conteúdo gerado com o auxílio dessa ferramenta foi rigorosamente revisado, adaptado e editado pela autora, de modo a garantir a originalidade, a coerência metodológica e a conformidade com os princípios éticos e científicos da pesquisa acadêmica. A autora assume total responsabilidade pelo conteúdo final deste trabalho.

APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1.** Qual o seu cargo na SEEC/RN e como o(a) senhor(a) tem atuado especificamente na implementação das ações da PRÓ-ALFA RN e do CNCA?
- 2.** Como o estado do Rio Grande do Norte recebeu a proposta do CNCA e estruturou internamente a implementação dessa política?
- 3.** Quais são as principais diretrizes que orientam a PRÓ-ALFA RN e como elas dialogam com os princípios do CNCA?
- 4.** Quais estratégias foram adotadas para assegurar a adesão e o engajamento dos municípios potiguares à política de alfabetização?
- 5.** Como foi organizada a gestão territorial da política e quais instâncias participaram da coordenação e acompanhamento das ações?
- 6.** De que forma o PRÓ-ALFA RN tem promovido a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares?
- 7.** Como ocorre o acompanhamento técnico e pedagógico junto aos municípios e escolas participantes do programa?
- 8.** Quais mecanismos são utilizados para monitorar e avaliar o progresso da alfabetização das crianças no estado?
- 9.** Como se dá a cooperação entre o governo estadual, as redes municipais e o governo federal na condução dessas políticas?
- 10.** Quais têm sido os principais desafios e os avanços observados na implementação da PRÓ-ALFA RN e do CNCA?
- 11.** Gostaria de acrescentar alguma consideração final sobre o processo de implementação ou sobre a importância dessas políticas para a alfabetização das crianças no RN?

APÊNDICE B — ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1.** Qual o seu cargo na SEEC/RN e como o(a) senhor(a) tem atuado especificamente na implementação das ações do PRÓ-ALFA RN e do CNCA?
- 2.** Como o estado do Rio Grande do Norte recebeu a proposta do CNCA e estruturou internamente a implementação dessa política?
- 3.** Quais são as principais diretrizes que orientam o PRÓ-ALFA RN e como elas dialogam com os princípios do CNCA?
- 4.** Quais estratégias foram adotadas para assegurar a adesão e o engajamento dos municípios potiguares à política de alfabetização?
- 5.** Como foi organizada a gestão territorial da política e quais instâncias participaram da coordenação e acompanhamento das ações?
- 6.** De que forma o PRÓ-ALFA RN tem promovido a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares?
- 7.** Como ocorre o acompanhamento técnico e pedagógico junto aos municípios e escolas participantes do programa?
- 8.** Quais mecanismos são utilizados para monitorar e avaliar o progresso da alfabetização das crianças no estado?
- 9.** Como ocorreu o processo de formação dos professores e técnicos a partir do programa?
- 10.** Houve materiais, guias ou recursos pedagógicos que facilitaram a implementação?
- 11.** Em sua experiência, quais foram os maiores desafios para colocar em prática as estratégias de alfabetização nas escolas?
- 12.** Que ajustes técnicos ou metodológicos você considera necessários para fortalecer o programa?
- 13.** Como se dá a cooperação entre o governo estadual, as redes municipais e o governo federal na condução dessas políticas? OK

14. Quais têm sido os principais desafios e os avanços observados na implementação do PRÓ-ALFA RN e do CNCA?

15. Gostaria de acrescentar alguma consideração final sobre o processo de implementação ou sobre a importância dessas políticas para a alfabetização das crianças no RN?

APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: Implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (PRÓ-ALFA RN): Análise das Diretrizes e Estratégias Adotadas, que tem como pesquisadora responsável: Suilany Silva de França, bacharelanda do curso de Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esta pesquisa analisará a implementação da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (PRÓ-ALFA RN). O estudo busca compreender a estrutura organizacional e as diretrizes adotadas para a execução da política, bem como os principais desafios enfrentados durante o processo de implementação. A intenção é avaliar a contribuição da PRÓ-ALFA RN para a alfabetização de crianças no estado, oferecendo subsídios para o entendimento de como políticas públicas territoriais podem ser operacionalizadas de maneira efetiva em diferentes contextos regionais. Este trabalho é desenvolvido como requisito parcial para a conclusão do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob a orientação da Prof. Dr^a Sandra Gomes. Sua participação é totalmente voluntária, o que significa que o (a) senhor (a) poderá recusar ou desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. A pesquisa não envolve nenhum risco físico, moral ou de qualquer outra natureza aos seus participantes. O(a) senhor(a) ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa poderá ser esclarecida diretamente pelo e-mail: ***suilany.franca.705@ufrn.edu.br***. Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa identificá-lo(a). Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa e como ela será realizada, concordando em participar de forma voluntária.

Assinatura do participante da pesquisa

Eu, Suilany Silva de França, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

DATA: ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável